



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARCUS ÂNGELO ALVES DA COSTA SILVA

**A REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS DO CEARÁ COMO VETOR DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL PELO APOIO AOS MICROEMPREENDIMENTOS**

FORTALEZA

2021

MARCUS ÂNGELO ALVES DA COSTA SILVA

A REDE DE INCUBADORAS DO CEARÁ COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL PELO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPREENDIMENTOS

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S581r Silva, Marcus Ângelo Alves da Costa.
A rede de incubadoras de empresas do Ceará como vetor do desenvolvimento local pelo apoio aos microempreendimentos / Marcus Ângelo Alves da Costa Silva. – 2021.
48 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares.
1. Incubadoras de empresas. 2. Empreendedorismo. 3. Desenvolvimento local. I. Título.
- CDD 320.6
-

MARCUS ÂNGELO ALVES DA COSTA SILVA

A REDE DE INCUBADORAS DO CEARÁ COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL PELO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPREENDIMENTOS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha noiva e companheira, Fernanda.

À minha mãe, Eliane.

AGRADECIMENTOS

À UFC, à PRAE, e à CASE pelo apoio financeiro através da Bolsa de Iniciação Acadêmica nos primeiros anos da graduação e do Auxílio Emergencial na reta final da minha trajetória.

À Profa. Dra. Maria de Nazaré de Moraes Soares, pela paciente, atenciosa e rigorosa orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Dra. Suely Salgueiro Chacon e Dr. Gil Célio de Castro Cardoso pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos entrevistados Everton Arruda e Line Teresa Nogueira Machado, por disporem de seus tempos para participarem desta pesquisa e contribuírem para formação de conhecimento acerca do empreendedorismo.

“Todo mundo nasce empreendedor. Alguns têm a chance de libertar esse potencial. Outros nunca vão ter a chance ou nunca souberam que tinham essa capacidade”

(Muhammad Yunus).

RESUMO

Neste trabalho são apresentados os programas de incubação que compõem a Rede Cearense de Incubadoras de Empresas (RIC) e a relação entre os empreendimentos que se graduam nesses ambientes com o desenvolvimento de localidades marcadas pela desigualdade social. Tem como objetivos analisar como se dá essa incidência, de novos negócios sobre o desenvolvimento local, através da investigação dos aspectos da formação de alguns empreendimentos localizados nos sites das incubadoras e os resultados alcançados por eles. Para alcançar tais objetivos, usou-se metodologia qualitativa, exploratória, com pesquisa documental e aplicação de questionário estruturado com escala likert na coleta, e categorização de conteúdo na análise dos dados. Os resultados indicaram como motivações para empreender razões de oportunidade e realização pessoal, qualidade do processo de incubação reconhecida pelos empreendedores e incidência tímida desses empreendimentos sobre as localidades em que atuam. Conclui-se que as incubadoras de empresa são e podem cada vez mais tornar-se atores do desenvolvimento local e regional, incidindo sobre a economia e as relações sociais.

Palavras-chave: Incubadoras de empresas. Empreendedorismo. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This work presents the incubation programs that make up the Cearense Network of Business Incubators (RIC) and the relationship between enterprises that graduate in these environments with the development of locations marked by social inequality. Its objectives are to analyze how this incidence occurs, of new businesses on local development, through the investigation of aspects of the formation of some enterprises located on the sites of the incubators and the results achieved by them. To achieve these objectives, a qualitative, exploratory methodology was used, with documentary research and application of a structured questionnaire with a likert scale in the collection, and categorization of content in the data analysis. The results indicated motivations to undertake reasons of opportunity and personal fulfillment, quality of the incubation process recognized by the entrepreneurs and timid impact of these ventures on the locations in which they operate. It is concluded that business incubators are and can increasingly become actors in local and regional development, focusing on the economy and social relations.

Keywords: Business incubators. Entrepreneurship. Local Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Iniciativas empreendedoras e suas descrições	17
Quadro 2 -	Incubadoras da RIC e suas características	22
Figura 1 -	Quem passou pela IncubaUece	30
Quadro 3 -	Empresas escolhidas e participação	31
Quadro 4 -	Categorias teóricas das questões do formulário e suas bases teóricas	31

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contextualização	11
1.2	Problema e Justificativa	12
1.3	Objetivos	14
1.3.1	Objetivo Geral	14
1.3.2	Objetivos Específicos	14
1.4	Aspectos metodológicos	14
1.5	Estrutura do trabalho	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Políticas Públicas de Apoio aos Microempreendimentos no Ceará	16
2.2	O Papel das Incubadoras no Processo de Diminuição das Desigualdades Locais	18
2.3	O Processo de Incubação e Desenvolvimento dos Microempreendimentos no Ceará	21
3	METODOLOGIA	25
3.1	Tipologia da pesquisa	25
3.2	Procedimentos de coleta dos dados.....	26
3.3	Procedimento de análise dos dados	26
4	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
4.1	A atuação das redes de incubadoras no Ceará	28
4.1.1	A atuação do INTECE e PARTEC	28
4.1.2	A atuação do PADETEC e IE-IFCE	29
4.1.3	A atuação do INCUBAUECE e EDETEC	30
4.2	Análise da percepção dos microempreendedores	31
4.2.1	A percepção dos microempreendimentos incubados em relação à desigualdade social e à motivação para empreender	32
4.2.2	4.2.2 A percepção dos microempreendimentos incubados em relação à qualidade do processo de incubação	34
4.2.3	4.2.3 A percepção dos microempreendimentos incubados em relação à formalização do negócio e Incidência sobre o desenvolvimento local	36
5	CONCLUSÃO	39
5.1	Síntese das respostas aos objetivos e contribuições da pesquisa	39
5.2	Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros	40
5.3	Considerações finais	40
6	REFERÊNCIAS	42
7	APÊNDICES	47
7.1	Apêndice A – Instrumento de coleta de dados	47
7.2	Apêndice B – Respostas dos entrevistados na íntegra.....	49

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Há 21 anos, o Brasil estava entrando num período favorável, socioeconomicamente falando. Na década de 2000, especialmente entre 2003 e 2007, o país retrocedeu em desigualdade de renda e pobreza, incluindo a extrema pobreza. Com o menor Índice de GINI em 30 anos, o crescimento na renda dos mais pobres (tanto absolutamente como em comparação aos mais ricos) resultou na redução da desigualdade (BARROS et al, 2010).

Atualmente em 2021, ainda no começo da década de 2020, o Brasil se encontra num cenário que não suscita qualquer otimismo. O Fundo Monetário Internacional previu 3% de recessão na economia global devido à crise causada pela pandemia do coronavírus (FMI, 2020). Internamente, a desigualdade aumentou gradativamente 5 anos anteriores a 2020 e o percentual de pessoas com rendimento em 2019 (42,9%), bem como nos três anos anteriores, não ultrapassou 44% (PNAD, 2019).

Olhando diretamente a realidade estadual, o índice de GINI (0~1) do Ceará apresenta queda regular desde o início dos anos 2000 até o começo da década de 2010, saindo da faixa de marcas superiores a 0,6 (IPECE, 2012), mas ainda conta com um número abaixo de níveis mínimos de desenvolvimento¹. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição do rendimento mensal real efetivo domiciliar per capita foi estimada em 0,548 contra 0,545 do país inteiro (2019), sendo que ambos se encontram acima do ponto médio da escala (0,5). Ainda, segundo o instituto, são 11,5% de pessoas desempregadas e, do restante ocupado, 42,6% são trabalhadores formais (IBGE, 2019).

É importante explorar o fenômeno em múltiplas esferas (mundial, nacional e local) porque a economia globalizada infere nas realidades mais próximas. Gennari e Albuquerque (2011) utilizam a categoria de Nova Pobreza para explicar os impactos da globalização na economia brasileira, referente a grupos que não conseguem nenhuma estabilidade na relação com os mercados de trabalho. Conceito esse, que pode ser ampliado também a “trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas; alguns pequenos empresários, comerciantes, artesãos e profissionais sem possibilidade de adaptação” (ESTIVILL, 2003, pág. 12).

Nassif, Ghobril & Amaral (2009) somam ainda que a economia exige dos trabalhadores um diferencial para serem considerados empregáveis. Fenômeno esse, que

¹ Ponto médio do coeficiente de Gini: 0,5.

dificulta aos desempregados adentrarem ao mercado formal, e aos empregados permanecerem neste, ocorrendo, pois, que o sistema econômico vigente não emprega a mão de obra disponível e isso é atestado com adesão aquém da metade dos cidadãos cearenses pelo mercado formal.

1.2 Problema e Justificativa

Como se empregou até aqui, fatores no cenário internacional e nacional podem explicar fenômenos da realidade local. Porém, quanto menor o recorte territorial, mais perceptível é que existem diversas realidades locais. No Ceará, é possível notar, por exemplo, uma sobreposição político-econômica da Região Metropolitana (RM) sobre as demais regiões e ainda da capital Fortaleza sobre os municípios componentes da RM. Indo além, dentro da cidade de Fortaleza é possível encontrar contrastes territoriais que revelam desigualdades.

Marcelo Ribeiro (2015), acerca das desigualdades de renda e o Efeito Território², aponta a relação do local em que as pessoas moram e a renda obtida no mercado de trabalho, o que colabora com a criação da noção de periferias. Para ele, "em decorrência do processo de urbanização ocorrida no país [...] pessoas que não conseguiam moradia nas proximidades do local de trabalho [tiveram] que buscar alternativas em bairros mais distantes do centro da cidade ou mesmo em outros municípios" (RIBEIRO, 2015, pág. 917), forjando a segregação entre núcleo/centro e periferia(s).

Sendo os pobres os grupos que mais precisam se locomover para chegar ao local de trabalho (ANDRADE & SILVEIRA, 2013), os fenômenos Concentração de Renda e grau de Desenvolvimento Local coexistem, reservando às regiões periféricas infra-estrutura notadamente contrastante dos bairros centrais.

Entretanto, se o processo de urbanização brasileiro se deu dessa forma, com os trabalhadores assalariados deslocados a regiões periféricas e obrigados a se locomover por grandes distâncias para trabalhar, no contexto atual de desemprego - e formação da nova pobreza (conforme já explanado), tem como resultado um contingente de cidadãos "periferizados" e ainda desempregados.

Dessa forma, cabem principalmente às políticas públicas fazer determinadas reparações. Zylberstajn e Balbinotto Neto (1999) apostam nas "políticas passivas" (amparo

² O efeito-território é compreendido na literatura sociológica como os benefícios ou prejuízos socioeconômicos que acometem alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço social das cidades (ANDRADE & SILVEIRA, 2013, pág. 381).

financeiro das pessoas temporariamente desempregadas) e, principalmente nas “políticas ativas” - que orientam-se pela recolocação de pessoas no mercado de trabalho e outras formas de geração de renda formal.

Nesse sentido, as políticas para geração de emprego e renda têm sua importância elevada conforme "vai se consolidando a consciência sobre a pertinência de um papel importante a ser desempenhado pelos Sistemas Públicos de Emprego (SPEs), entendidos como uma instituição relevante para aprimorar a alocação de recursos dentro do mercado de trabalho" (RAMOS, LOBO & ANZE, 2015, pág. 38).

Das diversas iniciativas estatais que atuam na geração de renda das pessoas no mercado, Araújo e Boas (2013) trazem o Estado como um elemento protagonista da inovação mercadológica, por via do incentivo. Através das políticas públicas, as incubadoras de empresas (que estimulam o empreendedorismo inovador) podem ser disseminadas e consolidadas.

Andino (2005) traz como principais papéis das incubadoras a diminuição das chances de fracasso dos negócios, bem como atuar na consolidação dos mesmos no mercado. Segundo eles,

A finalidade das incubadoras é prestar serviços e colocar a disposição infra-estrutura administrativa e operacional, criando condições e capacidades favoráveis ao surgimento e consolidação de novos negócios no mercado, usando da combinação destes recursos, serviços e habilidades (ANDINO, 2005, pág. 19).

A importância dessas estruturas na criação e desenvolvimento de novas empresas e negócios está nas lacunas financeiras, de conhecimento de mercado e experiência administrativas que as empresas recém-nascidas possuem nos primeiros meses de atuação. Os programas de incubação, dão suporte na gestão, em aspectos técnicos, e algumas vezes na concessão de espaços físicos, além da inserção dos negócios em redes com demais empreendimentos (ENGELMAN, FRACASSO E BRASIL, 2011).

Considerando as ações implementadas no estado cearense, escolheu-se a Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará (RIC) como campo empírico de estudo, visto que os programas que a compõem empregam ações de criação e desenvolvimento de diversos negócios. Dessa forma, como principal pergunta de pesquisa deste projeto, que se converte em objetivo geral do trabalho a buscar-se, é "Como a Rede de Incubadoras do Ceará incide sobre as realidades locais desiguais a partir do desenvolvimento de microempreendimentos na Região Metropolitana de Fortaleza?"

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Considerando o tema contextualizado anteriormente, o Objetivo Geral da pesquisa é: Analisar como o processo de incubação de microempreendimentos pelas componentes da RIC incide sobre as desigualdades locais da Região Metropolitana de Fortaleza.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para a consecução do Objetivo Geral, seguem os Objetivos Específicos da pesquisa:

- (i) Mapear microempreendimentos que já passaram por incubadoras de empresas e seus respectivos ramos de atuação;
- (ii) Identificar a incidência desses negócios sobre as localidades nos quais estão instalados ou nos quais atuam com a oferta de bens e/ou serviços - especialmente se em bairros não-centrais.
- (iii) Investigar alguns desses empreendimentos, visando compreender as influências desses negócios sobre as regiões nas quais atuam e relacionando essa atuação com o processo de incubação pelo qual passaram.

1.4 Aspectos Metodológicos

Como características metodológicas, essa pesquisa possui natureza qualitativa na coleta e análise dos dados, bem como é exploratória quanto aos fins. Já em relação aos procedimentos, faz-se uso de análise documental nos dois primeiros objetivos. Para o terceiro objetivo, foram enviados questionários fechados estruturados por Escala Likert, a serem respondidos via formulário online, para 5 empreendimentos. Os resultados obtidos foram sujeitos à análise de conteúdo.

1.5 Estrutura do Trabalho

Esta pesquisa está organizada em: Seção 1 - Introdução, com a contextualização na qual o trabalho ancora-se, a abordagem do problema com o porquê da importância dessa pesquisa, seguida dos objetivos geral e específicos e, ainda, os aspectos metodológicos; Seção

2 - Referencial Teórico, subdividida em três subseções - A primeira subseção abordará as políticas públicas de apoio aos pequenos negócios no Ceará, utilizando, sobretudo, documentos públicos. A segunda subseção abordará a diferença entre as motivações do empreendedorismo (por necessidade ou oportunidade) e o papel das incubadoras no processo de diminuição das desigualdades locais, partindo dos estudos de Mantovani *et al.* (2006) e Gomes Silva e Andrade Jr. (2012). Por fim, a terceira subseção abordará as incubadoras de empresas que servirão de objeto de estudo na fase de pesquisa e os elementos que favorecem o desenvolvimento de um empreendimento, bem como sua incidência sobre os locais nos quais atuam.

Dando continuidade, aparece a Seção 3 - Metodologia (agora detalhada), as Seções 4. Análise dos Dados e Discussão de Resultados, 5. Considerações Finais e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AOS MICROEMPREENHIMENTOS NO CEARÁ

São Políticas Públicas de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) medidas que impactam o desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais, incentivando a atividade dos negócios de menor porte (99% das empresas brasileiras), a exemplo das políticas Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI) que facilitam a formalização da atividade empresarial (ZARLENGA & BEVILÁQUA, 2018).

Além dessas políticas, associadas à formalização do negócio, podem haver diversas ações por parte do poder público (em todas as suas instâncias) que incentivem o empreendedorismo. A partir daqui, discorre-se sobre as iniciativas estaduais, em planejamento e em curso, seguidas pelas da cidade de Fortaleza, capital do estado e centro da Região Metropolitana.

Atualmente, o Governo do Estado do Ceará se encontra no segundo ano do quadriênio do Plano Plurianual atual (PPA 2020-2023), e usando esse documento como referência têm-se os eixos com os quais trabalha o governo. São esses: (1) Ceará Acolhedor; (2) Ceará Sustentável; (3) Ceará de Oportunidades; (4) Ceará do Conhecimento; (5) Ceará Saudável; (6) Ceará da Gestão Democrática por Resultados e; (7) Ceará Pacífico.

O Ceará de Oportunidades, “busca integrar os fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento [...] ao fomentar simultaneamente a geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza” (PPA, P.22), ou seja, é o setor que corresponde a produção, trabalho, crescimento e outros termos congêneres da esfera econômica, área na qual o objeto de estudo deste trabalho se encontra.

O Eixo 3 divide suas ações em quatro frentes de trabalho, cuja atenção do pesquisador que vos fala deter-se-á na última: Infraestrutura; Complexo Industrial e Portuário; Turismo; Empreendedorismo.

Por sua vez, quatro iniciativas estão associadas ao Empreendedorismo: Central Fácil, Unidade Móvel de Empreendedorismo, Projeto Empreendedor Juvenil e Projeto Juventude Empreendedora, cujas descrições estão no quadro a seguir:

Quadro 1 - Iniciativas empreendedoras e suas descrições

A Central Fácil [...] fornece total apoio a micro e pequenos empresários na abertura e no desenvolvimento de seus negócios. O projeto conta com cinco unidades em funcionamento: três em Fortaleza, uma em Juazeiro do Norte e uma em Sobral.
A Unidade Móvel de Empreendedorismo oferece à população serviços gratuitos de capacitação empresarial, assessoria técnica em gestão de negócios, orientação de crédito e serviços de registro de CNPJ.
O Projeto Empreendedor Juvenil beneficia jovens de 18 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade social, que estejam cursando o ensino fundamental, médio ou que sejam egressos da rede pública de ensino. Os novos empreendedores recebem assistência técnica e gerencial para montagem e gestão de projetos.
O Projeto Juventude Empreendedora (JuvEmp) favorece o desenvolvimento dos valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora na formação pessoal, social e comunitária dos jovens. O público-alvo é formado por jovens estudantes do 2º ou 3º do ano do ensino médio, de 17 a 29 anos de idade, cuja família está cadastrada no CadÚnico.

Fonte: Site do Governo do Estado do Ceará.

Sintetizando, as ações governamentais em prol do empreendedorismo cearense protagonizadas pelo Governo do Estado: abarcam todos os públicos (no que tange a marcadores sociais como idade e gênero), mas existe uma atenção específica ao segmento jovem, "escolarizando" e de renda baixa; promove a capacitação de pessoal e auxilia na criação e no desenvolvimento dos negócios.

Como as prefeituras não são organizadas com PPA, utiliza-se como referência o Plano Fortaleza 2040, que no quinto de execução, é "um planejamento para a cidade de Fortaleza com estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo" (Fortaleza 2040) e, igualmente com sete eixos, possui dois com menções mais explícitas em relação às atividades econômicas: Eixo 0 - Equidade Territorial, Social e Econômica; e Eixo 5 - Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva.

O Eixo 0 conta com o Plano de Inclusão Produtiva, que possui como metas:

- Redução do **percentual de informalidade** da economia (sem carteira assinada e/ou **por conta própria**);
- Redução do percentual de informalidade da economia (sem carteira assinada);
- Diminuição do **percentual de jovens** que não trabalham nem estudam (de 15 a 29 anos);
- Diminuição do percentual de jovens vulneráveis que não trabalham nem estudam (de 15 a 24 anos). (pág.48, Grifo Nosso)

O Eixo 5, por sua vez, conta planos para cada setor produtivo (confeção, construção civil, agricultura urbana, economia do mar, economia criativa, etc) com suas metas individualizadas.

Não há um plano específico para o Empreendedorismo. No entanto, ao pesquisar no documento todas as menções ao mesmo, pôde-se encontrar algumas ações afins dentro de diversos planos. Por exemplo, nas metas do Plano da Pessoa Idosa traz "40% dos idosos

inseridos em programas de empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho" (PÁG. 77). No Plano da Mulher, vem "Ampliar os mecanismos de incentivo ao empreendedorismo de mulheres" (PÁG. 78).

Percebe-se, então, que “Governos adotam políticas públicas para promover o desenvolvimento social e o bem-estar da população [e] A promoção do empreendedorismo é uma das estratégias que os agentes públicos estão utilizando de forma crescente para promover o desenvolvimento social [...]” (BORGES JR. et al, 2013), e, para a prefeitura de Fortaleza, o empreendedorismo é um meio dentre vários para a implementação de políticas públicas diferentes. Entretanto, não conta com um programa específico (dentro de seu planejamento econômico) cujo Empreendedorismo seja Fim, como um mecanismo no qual a prefeitura possa utilizar, por exemplo, para centralizar ações de desenvolvimento das iniciativas empreendedoras que pretende para os idosos e mulheres, conforme as metas acima apresentadas.

2.2 O PAPEL DAS INCUBADORAS NO PROCESSO DE DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES LOCAIS

O ato de empreender aparece como outro meio de gerar renda e incluir-se na sociedade de consumo, diante do desmonte do Estado de Bem Estar Social. Além disso, surge como forma de grupos e segmentos menos favorecidos - especialmente sob aglomeração em instituições sociais - formatarem oportunidades que levem à melhoria das condições de vida (ALBAGLI & MACIEL, 2002). Podem ser apontados como fatores para o avanço do empreendedorismo como alternativa de geração de renda nos últimos anos:

O **declínio dos níveis de emprego** e a **apologia do auto-emprego**, [...]; b) O aprofundamento do processo de globalização e o acirramento da competição capitalista [...] e; c) O avanço na **organização da sociedade civil** e a maior pressão pelo “empoderamento” de segmentos sociais excluídos e **regiões marginalizadas** (ALBAGLI & MACIEL, 2002, pág.2, GRIFO NOSSO).

Degen (2008) debate o empreendedorismo, duplicando sua tipicidade. O autor diz que empreende-se por Oportunidade e por Necessidade, e cada modalidade está relacionada com as características socioeconômicas dos empreendedores e os locais onde residem. Ele afirma que, em países de alta renda é possível perceber uma relação diretamente proporcional entre o crescimento econômico e o empreendedorismo. Em contrapartida, em países de baixa renda há uma relação inversamente proporcional entre esses dois fatores, denunciando que a

atividade empreendedora não é capaz de impulsionar a economia em países como o Brasil, uma vez que vigora principalmente o empreendedorismo por necessidade - que agrega pouca inovação e tecnologia de uma forma geral.

Dito isso, são fatores observados para qualificar a atividade empreendedora:

[...] a **educação e o treinamento da população**, o número e a qualidade dos **centros de pesquisa e de tecnologia**, a disponibilidade de capital de risco, a profundidade do mercado, a existência de uma **infra-estrutura adequada** e uma legislação que facilite a atividade empreendedora” (DEGEN, 2008, pág. 17, Grifo Nosso).

Sendo fatores de qualificação do empreendedorismo o treinamento de pessoas, centros qualificados em pesquisa e tecnologia e a importância de estruturas para formar e desenvolver empreendimentos, tornam-se relevantes as incubadoras de empresas ou programas de incubação.

Essas estruturas tiveram origem nos Estados Unidos, com reprodução subsequente na Europa Ocidental. Posteriormente nasceram incubadoras em países como Japão, China e Índia. Somente depois, outras localidades, como as Américas central e do sul. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a implementar uma incubadora, em 1985, tendo, nos anos seguintes, se espalhado por todo o país (LUNARDI, 1997 apud SOUSA, 2019).

Além da importância das incubadoras em seu surgimento, relacionada a dar suporte a novas empresas - evitando que sucumbam aos intempéries de negócio - a relevância dessas instituições hoje se dá pela forte propagação do empreendedorismo e da valorização desse movimento, inclusive pela esfera governamental (SOUSA, 2019).

No entanto, mesmo com essa aceitabilidade do serviço de incubação por parte do poder público como diz o autor, na subseção anterior - ao discorrer sobre as políticas estaduais e municipais ligadas ao empreendedorismo - não foi possível localizar uma menção direta a um programa ou trabalho de incubação, somente uma "assistência ao empreendedor". Mas qual a diferença entre essa formação e um programa de Incubação?

O Sebrae (2020) esclarece que incubadoras "Apoiam pequenas empresas de acordo com alguma necessidade governamental [...] [e requerem] um plano de negócios mais estruturado para conseguir o apoio público". Ou seja, a Incubação é um mecanismo voltado a negócios que já foram criados e possuem uma mínima estrutura prévia.

Como, então, a Incubação de Empresas pode ser um vetor da diminuição das desigualdades locais com a existência de critérios de admissão que podem excluir iniciativas de empreendedores que, por questões de classe e educacionais, podem não alcançar esse

mínimo - fazendo, assim, uma seleção de quem pode ter acesso ou não ao processo de Incubação?

Para isso, existem, paralelos ao conceito de Incubação, a pré-incubação e a aceleração de empresas. A primeira, dá conta da problemática levantada no parágrafo anterior, pois é um processo que pode incorporar negócios que ainda estão em fase de idealização ou com pouca estruturação. A aceleração pode ser entendida também como pós-incubação: trabalha com negócios já estruturados (especialmente que passaram por processo de Incubação) e que já contem com faturamento. Focam-se em startups escaláveis e empresas com potencial de crescimento muito rápido (SEBRAE, 2020).

A diferença, pois, de uma empresa ou um negócio serem modelados em programas como esses, em vez de "iniciativas soltas" de formação empreendedora é o acompanhamento mais individualizado (e, conseqüentemente, mais atencioso) dos empreendimentos que estão envolvidos nesses processos.

Fica, pois, as seguintes dúvidas, sanadas nos seguintes parágrafos até o fim deste tópico: Negócios modelados por Incubadoras têm maior chance de sucesso? E esses negócios podem inferir sobre as diferentes localidades de um território?

No artigo *O Papel das Incubadoras de Empresas no Desenvolvimento Local: Um Estudo de Caso* (Mantovani et al, 2006), os autores se propuseram a compreender como uma incubadora de empresas, através dos negócios modelados, interferiu sobre o desenvolvimento local e chegaram à conclusão que "a incubadora vem exercendo seu papel social e econômico, oferecendo oportunidades de desenvolvimento sustentável para micro e pequenas empresas, que permitem o crescimento dos negócios e por conseguinte a geração de empregos, renda e desenvolvimento da região" (pág. 99).

Na mesma linha de raciocínio, pode-se citar as considerações de Silva (2012), que, de uma pesquisa de casos de sucesso de Incubadoras de Empresas, através da pesquisa bibliográfica, pôde ter uma amostra maior e de diferentes realidades, apontando "que as incubadoras de empresas contribuem para a economia, pois desempenham um papel ativo na economia local, através da criação de novas empresas" (pág. 54).

Observa-se que o desenvolvimento de determinados negócios incide sobre o desenvolvimento (econômico) local, especialmente pela oferta de empregos nos locais de instalação das respectivas empresas. Entretanto, essas questões levam o pesquisador que vos escreve a indagar: desenvolvimento local é unicamente desenvolvimento econômico? E, além disso, a única maneira de negócios incidirem sobre as realidades locais é pela oferta de

empregos? Com o desenvolvimento da seção subsequente, é revelado que há mais formas de causar impactos.

2.3 O PROCESSO DE INCUBAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS MICROEMPREENDIMENTOS NO CEARÁ

Nesta seção, atenta-se para o Ceará novamente, a fim de notar a Rede de Incubadoras Cearense, enfatizando os processos de incubação e solidificando o marco teórico até aqui desenvolvido.

Souza, Sousa & Bonilha (2008) compilam cinco tipos de incubadoras mais comuns:

1. Incubadoras Tecnológicas ou de Universidades: [...] Promovem o desenvolvimento de empresas de base tecnológica por meio da transferência e difusão de tecnologia ou encorajando o empreendedorismo de pesquisadores e acadêmicos.
2. Incubadoras Focadas no Desenvolvimento Regional: [...] procuram apoiar empresas da região ou a comunidade com vista à geração de empregos, à renda e ao desenvolvimento ou reestruturação da economia local.
3. Incubadoras Mistas: Promovem o crescimento econômico regional por meio do desenvolvimento de empresas. Apoiam firmas baseadas em tecnologias modernas ou maduras, como empresas de serviços e de manufatura.
4. Incubadoras Comerciais Independentes: Mantidas por empresas vinculadas ao capital de risco, são baseadas em competências internas, tecnologia, indústria ou região.
5. Incubadoras Virtuais: Não oferecem espaço físico, mas constroem e fortalecem plataformas e redes de acesso aos empresários, investidores e consultores, principalmente para negócios iniciantes vinculados à tecnologia de informação. (pág. 25-26)

Ainda, segundo os autores, o processo de incubação e sua qualidade dependerão do atendimento aos seguintes requisitos durante a graduação³: 1. Espaço Físico, 2. Recursos Humanos, 3. Tecnologia da Informação, 4. Estratégia, 5. Contabilidade e Finanças, e, por último, 6. Operações.

No caso cearense, compõem a RIC as seguintes Incubadoras de Empresas ou programas de Incubação, sendo algumas ligadas institutos educacionais, outras a universidades e faculdades e a demais sem “filiação” a um órgão maior:

1. Incubadora de Empresas do Instituto Centec (**INTECE**);
2. Incubadora de Empresas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (**IE-IFCE**);
3. Instituto de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura (**IncubaTIC**);
4. Incubadora de empresas da Faculdade Luciano Feijão;
5. Incubadora de empresas da Universidade Estadual do Ceará (**IncubaUECE**);

³ Período do processo de incubação.

6. Espaço de Desenvolvimento de Empresas de Tecnologia da Universidade de Fortaleza (**EDETEC**);
7. Parque de Desenvolvimento Tecnológico (**PADETEC**)
8. Parque Tecnológico do Núcleo de Desenvolvimento e Qualidade Industrial (**PARTEC**)

É importante salientar que essas não são as únicas incubadoras ou programas de incubação no Ceará. Essas são, apenas, as unidades que constituíram e incorporam essa rede. Pesquisando os respectivos sites de cada componente, pode-se caracterizá-los através dos seguintes aspectos: Cidade/s de Atuação; Modalidades: Pré-incubação, Incubação e Aceleração; Tempo do processo; Exigências para ingresso e; Processo de incubação em si.

Quadro 2 - Incubadoras da RIC e suas características

INCUBADORAS	CIDADE(S) DE ATUAÇÃO	MODALIDADES	TEMPO
INTECE	Fortaleza, Beberibe, Maracanaú, Maranguape, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Horizonte, Amontada, Acaraú, Ipu, Brejo Santo, Campos Sales, Tauá, Juazeiro do Norte, Crato e Quixeramobim.	Incubação	
IE IFCE	Acaraú, Aracati, Fortaleza, Iguatu, Tianguá, Maracanaú, Ubajara.	Pré-incubação Incubação	12 meses ⁴ 24 meses ⁵
INCUBATIC	Site principal com defeitos e demais domínios com informações ínfimas.		
LUCIANO FEIJÃO	Sobral		
INCUBAUECE	Fortaleza	Incubação	9 meses ⁶
EDETEC	Fortaleza	Pré-incubação Incubação	
PADETEC	Fortaleza	Pré-incubação Incubação	Variável
PARTEC	Fortaleza	Incubação Aceleração	12 meses 6 meses

Fonte: Elaboração própria

Observa-se a cidade de Fortaleza como a moda dentre os municípios de atuação das Incubadoras. Nota-se que o conceito de Incubação é a modalidade que prevalece entre os processos com os quais as diferentes Incubadoras trabalham. O tempo desses ciclos, por sua vez, gira em torno de um ano para Incubação e prazos menores para pré-Incubação e Aceleração.

⁴ Prorrogáveis por até 12 meses.

⁵ Prorrogáveis por até 12 meses.

⁶ São 3 meses aberto ao público geral, mais 9 meses com empresas selecionadas.

Dentre as incubadoras observadas, duas não comporão a pesquisa. Não se trabalhará com a IncubaTIC pelo insucesso da pesquisa de suas informações mais prévias, como as da tabela. Exclui-se, também, a Incubadora de Empresas da Faculdade Luciano Feijão por não ter atuação em território fortalezense ou da Região Metropolitana.

A respeito do processo seletivo para adentrar a um desses locus de incubação, cada entidade têm seu processo próprio. A IncubaUECE, por exemplo, seleciona através de edital as empresas para serem incubadas e na seleção pede:

- Identificação do projeto (Nome, área de atuação, estágio de desenvolvimento, etc);
- Descrição do produto (Descrição do problema, solução, matéria-prima, equipamentos e etc);
- Descrição do mercado (Clientes, tamanho do mercado, concorrentes e diferencial);
- Identificação dos membros do projeto (Dados, experiência e formação dos envolvidos);

No que tange ao que cada empreendimento ou empreendedor vai ter acesso durante a graduação que terão, também é diferente para cada entidade. A IE IFCE, por exemplo, durante a Incubação, dispõe às empresas - segundo conta em seu site:

- Consultoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento;
- Orientação na elaboração e atualização do plano estratégico e do plano de negócios;
- Infraestrutura para uso compartilhado, composto de: recepção, secretaria, fax, telefone, acesso à rede de computadores, segurança e limpeza das áreas comuns, sanitários, copa e sala de reuniões.
- Outros recursos.

Breve e de forma muito sintética (e amostral), pode-se notar que a entrada de novos negócios em programas de Incubação exigem um conhecimento prévio dos aspirantes, uma vez que coloca como fatores de abertura o conhecimento dos empreendedores sobre o próprio negócio e sobre o mercado em si. Ainda, no que tange a formação, podem contar com espaço físico para as empresas se instalarem e realizarem de fato um acompanhamento mais próximo na estruturação da atuação individual no mercado das empresas.

Esses são elementos capazes de forjar uma atividade empreendedora estruturada (e, muitas vezes, regularizada), que, como os colaboradores teóricos já disseram, pode impulsionar o Desenvolvimento e, mais especificamente, o desenvolvimento local de algumas regiões. Essa questão da regularização é mister, pois Souza et al (2016) comentam que os microempreendedores que se formalizaram como Microempreendedor Individual (MEI)

notavelmente se beneficiaram com “aumentos na renda dos trabalhadores e nos índices de desenvolvimento municipal, além de apontar para uma correlação negativa com os níveis de desemprego” (pág. 288).

A exemplo do MEI, outras iniciativas públicas estatais podem ser consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento de microempreendimentos e os locais de atuação, tais como programa(s) de crédito, incentivos e benefícios, feiras de negócios, centros de tecnologia e ações de aculturação do empreendedorismo (REIS et al, 2006). É, importante salientar, por fim, que:

Desenvolvimento Local é a ativação ou reativação econômica-social de determinadas localidades ou regiões que, diante da globalização comercial e industrial vigente, foram esquecidas, abandonadas e até mesmo “riscadas do mapa”, com principal interesse de melhorar a vida das pessoas que lá vivem e provocar equidade social (REIS et al, 2006, pág. 16).

Acerca dessa amálgama economia-sociedade, Dowbor (2016) fornece uma visão mais sistêmica, que servirá para se considerar “desenvolvimento” para além de “desenvolvimento econômico” no sentido de gerar uma certa quantidade de ocupações ou a elevação da renda de alguns sujeitos. O autor leciona que organização social e a autogestão podem ser vetores do intitulado Poder Local, e faz uma afronta ao Estado e sua postura *Bottom Up* e aos conglomerados de riqueza que fazem dos espaços da sociedade unicamente nichos mercadológicos.

Nesse sentido, é possível pensar em espaços geridos pelas próprias pessoas, sendo os moradores os principais protagonistas do Desenvolvimento Local. Essa emancipação pode se dar inclusive pela atividade produtiva nesses territórios e aqui se faz um *link* dessa contribuição teórica com a importância das incubadoras, pois se estas formatam negócios que vão incidir em diversas localidades - especialmente as distantes dos bairros centrais, marcadas pela ampla presença de pessoas pobres - são vetoras do Desenvolvimento Local para além de estruturas construídas com propósito de acumulação de dinheiro.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo está estruturada pelo respectivo apontamento da natureza da pesquisa (qualitativa), seguida por sua classificação quanto aos fins (exploratória) e a indicação e detalhamento dos procedimentos de coleta (pesquisa documental e questionário) e análise dos dados (análise de conteúdo).

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa empreendida tem natureza qualitativa, que dedica-se à "obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo" (NEVES, 1996, pág. 1). Possui cunho exploratório, tipo de pesquisa que se volta para a descoberta - pretende conhecer mais a fundo um tema do qual não se tem tanta clareza (MUNARETTO, CORRÊA & CUNHA, 2013). O processo de incubação de empresas e o incentivo à formação de microempreendimentos possui uma investigação tímida no âmbito das políticas públicas e por isso se adequa ao objetivo de exploração.

Além disso, no que diz respeito aos procedimentos de coleta, a pesquisa se classifica parte como documental (utilizando dados secundários disponibilizados pela RIC), que "vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa" (GIL, 2008, pág. 51). Isto porque os dois primeiros objetivos específicos pretendem apontar para quais empresas correspondiam ao perfil buscado pelo pesquisador que vos escreve - que influenciam o desenvolvimento regional de localidades desiguais - e os documentos encontrados nos sites das incubadoras e dessas empresas forneceriam tais dados.

Ainda sobre a coleta de dados, finalizada a parte documental, foi aplicado através de formulário online um questionário com escala likert, beneficiando-se da dinamicidade e flexibilidade do ambiente virtual em coletar de uma forma alternativa ideias e experiências comuns dos participantes (FALEIROS et al, 2016) e aproveitando a facilidade que a escala proporciona aos entrevistados em responder um questionário (SILVA JR & COSTA, 2014). Questionário este, redigido integralmente como Apêndice A, foi enviado (via email) para 5 empresas, contendo uma breve apresentação de quem se trata o pesquisador e do que se trata a pesquisa, solicitando que o proprietário de cada negócio respondesse, uma vez que esse sujeito que estava a frente também no período de incubação.

Por fim, sobre os procedimentos de análise, optou-se pela Análise de Conteúdo, que pode ser definida como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações” (BERELSON, 1954 *apud* BARDIN, 1979, pág. 19). Com base na devolução dos formulários, as respostas foram comparadas, buscando observar um perfil comum acerca do que levou cada um a empreender, como avaliam a formação que tiveram nos programas de incubação e como os respectivos negócios incidem sobre as localidades nos quais atuam hoje, com esses empreendimentos em funcionamento.

3.2 Procedimentos de coleta dos dados

Em conformidade com a estratégia de pesquisa delineada, a coleta de dados ocorreu conforme as seguintes etapas:

(i) Foram coletadas as relações de empresas incubadas disponibilizadas pelos 6 programas de incubação escolhidos (Intece, IE-Ifce, Edetec, IncubaUece, Padetec, Partec) consultando seus respectivos sites e os documentos que listam Empresas Graduas⁷, dispostos geralmente nas próprias páginas dos sites, sem a necessidade de baixar um arquivo (pdf, texto ou planilha) para ter acesso aos nomes das empresas e suas informações.

(ii) Foi realizada a separação destas por tipos de bens e serviços prestados (alimentos, tecnologia, educação, etc) e a seleção das empresas que possuem negócios potencialmente desenvolvedores das localidades em que atuam - especialmente pela geração de empregos na região;

(iii) Foram enviados os questionários por email e feita comunicação (ou tentativa) com as respectivas empresas através de ligação telefônica e *whatsapp* comercial, para ratificar o primeiro contato já feito.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Sobre os dois primeiros objetivos específicos, por si só, os mesmos não cobram um procedimento analítico, visto que suas funções são afunilar determinados dados para a execução do terceiro e último objetivo. Quanto ao terceiro objetivo específico, foram utilizados como procedimento de investigação a Escala Likert acompanhada pela Análise Categorical sob a perspectiva de Bardin (1995) que “Funciona por operações de

⁷ Que já passaram pelo processo de incubação.

desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, pág. 153). Far-se-á a categorização das respostas segundo a teoria, para, então, empreender um entendimento acerca do fenômeno do desenvolvimento local e regional através de negócios que passaram por programas de incubação pela Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará (atendendo o objetivo geral).

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentadas a experiência no acesso aos sites das incubadoras indicadas, o processo de escolha das empresas para aplicação de questionário e uma breve descrição das escolhidas, organizadas em três grupos: incubadoras cujas empresas participaram da pesquisa, incubadoras cujas empresas foram consideradas, mas estas não participaram e incubadoras cujas empresas não se conseguiu estabelecer contato ou não possuiu empresas aptas ao propósito desta investigação. Em seguida, é feita a análise de conteúdo conforme anteriormente descrito e, por fim, são discutidos os resultados da pesquisa, precedendo a etapa de conclusão do trabalho.

4.1 A atuação das redes de incubadoras no Ceará

4.1.1 A atuação do INTECE e PARTEC

O Instituto Centro de Educação Tecnológica (Centec) é uma organização social que oferece Educação Profissional e faz parcerias tanto com o poder público quanto com organizações da sociedade civil e, claro, o mercado. Conforme consta em site, além de formação, presta-se serviços de consultoria e soluções corporativas, sendo um ambiente com expertise para receber um programa de incubação. A Incubadora de Empresas do Instituto Centec informa através de site somente os empreendimentos que passaram pelo ciclo de incubação 2019-2020. Dentre as empresas listadas, Ânimo Kombucha e Aquaponia se destacaram. Sobre a primeira, trata-se da fabricação de bebidas saudáveis, e foi escolhida porque é capaz de incidir no desenvolvimento local, tanto por poder gerar empregos e, conseqüentemente, renda, como por estar no ramo alimentício direcionado para o wellness⁸, o que pode incidir na saúde dos seus consumidores finais. Quanto à segunda, pretende se inserir na produção de alimentos economizando o uso de água nesses processos e, ainda, produzir alimentos sem agrotóxicos. Foi escolhida por motivos similares ao empreendimento anterior.

O Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial (NUTEC) é vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Secitece - Governo do Estado do Ceará). Viabiliza soluções tecnológicas para indústrias desde 1978, tendo agregado outras atividades econômicas ao seu radar nos últimos anos, incluindo o da Inovação, representado pela Agência de Inovação. Dentro dessa agência, localiza-se o Parque Tecnológico da instituição,

⁸ Bem estar; estilo de vida saudável.

que possui o programa de incubação “Você Empreendedor, no qual disponibilizou recentemente as últimas 9 empresas graduadas pelo programa. Nessa relação, contém a Bem Vivido, empreendimento voltado ao “público 50+” que visa proporcionar a inclusão do público idoso da era digital. Foi escolhida pela sua notável capacidade de promover bens e serviços a um segmento que possui demandas específicas e que precisam cada vez mais ter a atenção do Estado (através das políticas públicas) e do Mercado (pelo atendimento a necessidades que podem ser sanadas através do poder compra).

4.1.2 A atuação do PADETEC e IE-IFCE

O Parque de Desenvolvimento Tecnológico divide as empresas em Residentes (13), Associadas (3) e Graduadas (75) e divulga esses empreendimentos com o máximo de detalhes sobre os negócios, tais como: CNPJ; Nome dos responsáveis, Endereço; Telefone; E-mail; Área de atuação; Principais produtos; Data de ingresso na incubadora.

O empreendimento Queijos Dom Afonso se destacou na lista de empresas graduadas e foi considerado para a pesquisa por fabricar produtos naturais (laticínios) na cidade do Eusébio e seu site indicar que já se trata de um empreendimento com longevidade. Entretanto, não houve a devolução do formulário respondido, mesmo com a ratificação do interesse do pesquisador (ao setor de atendimento) que o empreendimento compusesse este trabalho.

Ao acessar o site da Incubadora de Empresas (IE) do IFCE, é possível localizar **quatro** relações: **a primeira**, com informações sobre a própria entidade (Diretrizes e estratégias, Serviços oferecidos, Processo de seleção e etc.); **a segunda**, com empresas pré-incubadas; **a terceira**, com empresas incubadas; **a quarta**, com empresas associadas/graduadas. É importante indicar que, nas relações contendo empresas, acompanham os respectivos nomes a descrição de cada negócio e, em alguns casos, serviços detalhados e contatos dos gestores.

Dentre as empresas incubadas, foi possível localizar a Liukin Tecnologia Sustentável, empreendimento sem site próprio cujo objetivo é reduzir os impactos ambientais e o consumo de energia, beneficiando natureza e sociedade. Porém, o contato de email disponibilizado pela incubadora foi identificado como inválido na tentativa de estabelecer contato e encaminhar o questionário, inviabilizando a participação desse empreendimento na pesquisa.

4.1.3 A atuação da INCUBAUECE e EDETEC

Ao acessar o site da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e localizar o espaço sobre a o programa de incubação, encontram-se **quatro** listas: **uma**, com empresas pré-incubadas; **outra**, com empresas incubadas; a **seguinte**, com empresas graduada; por **último**, empresas associadas.

Dentre os empreendimentos dispostos no site, nenhum foi identificado como negócio potencializador de desenvolvimento local/regional, visto que suas soluções envolvem sobretudo o desenvolvimento de softwares, modelo B2B (Business to business, no qual outras empresas são clientes), sem capacidade de incidir na realidade da população ao proporcionar bens ou serviços com benefícios diretos ou até mesmo com uma oferta de empregos ampla, uma vez que, se tratam de serviços em tecnologia de software e sua mão de obra possui alta qualificação - profissionais que, conforme argumenta-se no marco teórico, não são pessoas localizadas nas regiões menos desenvolvidas do território

A Universidade Estadual do Ceará organiza seu site em diversas seções (Quem somos; regimentos; editais; histórico; serviços), incluindo o “Quem passou por aqui”, e, em vez de divulgar as empresas com as quais têm/tiveram relação de maneira nomeada ou enumerada, dispõem da seguinte maneira:

Figura 1 - Quem passou pela IncubaUece



Fonte: Universidade Estadual do Ceará

Pesquisando individualmente cada marca, a associada Acp Nutrition se destacou por desenvolver produtos nas áreas de suplementação alimentar e de cosméticos e, embora seus processos de trabalho envolvam biotecnologia (e se comparem aos negócios desenvolvidos na incubadora anterior), seus produtos de base vegana podem chegar aos consumidores de diversas regiões, proporcionando saúde e bem estar, sendo estes elementos também importantes para falar de desenvolvimento. Porém, embora o formulário tenha sido enviado pelo único e-mail disponibilizado (SAC) no site da marca, não houve resposta. Além disso, também não foi possível contactar o empreendimento por esse canal, nem pelo whatsapp ou por linha telefônica fixa.

Quadro 3 - Empresas escolhidas e participação

MICROEMPREENDIM ENTO	INCUBADORA	QUESTIONÁRIO ENVIADO	QUESTIONÁRIO RESPONDIDO
Ânimo Kombuchá	Intece	X	X
Bem Vivido	Partec	X	X
Queijos Dom Afonso	Padetec	X	
ACP Nutrition	IncubaUece	X	
Liukin	IE – IFCE	X	
Aquaponia	Intece		

Fonte: Elaboração própria.

Sendo a Ânimo Kombuchá e a Bem Vivido os empreendimentos participantes, serão apresentadas individualmente e, depois, feita a apresentação e análise das respostas de seus representantes de forma conjunta com base nas categorias analíticas detalhadas na subseção seguinte.

4.2 Análise da percepção dos microempreendedores

Cada afirmação do questionário foi desenvolvida com base nas categorias teóricas as quais os diferentes autores dissertam, conforme explícito abaixo:

Quadro 4 - Categorias teóricas da questões do formulário e suas bases teóricas

BLOCOS DE QUESTÕES	CATEGORIAS	AUTORES-BASE	AUTORES COMPLEMEN- TARES
Bloco I Questões 01-04	Desigualdade social e a Motivação para empreender	<ul style="list-style-type: none"> • Albagli & Maciel (2002) • Degen (2008) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ribas (2011) • Fialho et al (2018)
Bloco II Questões 05-10	Qualidade do Processo de Incubação	<ul style="list-style-type: none"> • Souza, Sousa & Bonilha (2008) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sousa & Beren (2011)

			<ul style="list-style-type: none"> • Raupp & Beuren (2006)
Bloco III Questões 11-15	Formalização do negócio e Incidência sobre o Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> • Souza et al (2016) • Reis et al (2006) 	<ul style="list-style-type: none"> • Valente, Dantas e Dominginhos (2012) • CARPINTÉRO & BACIC (2011)

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a Ânimo Kombuchá, é propriedade de Everton Arruda, que identificou o empreendimento como do setor de bebidas. A empresa possui sede em Maracanaú, e atua nos bairros Aldeota, Papicu, Meireles, Parque Manibura, Montese e Cocó (Fortaleza), bem como no município de Aquiraz. Incubada pelo Intece, não possui sócios além do dono e emprega três funcionários, após três anos de atividade.

Sobre a startup Bem Vivido, tem à sua frente Line Teresa Nogueira Machado, que identificou o ramo de seu negócio como “Público 50+” e tem sede no bairro Monte Castelo. Com atuação em “Todos” os bairros, o empreendimento foi incubado no Partec(Nutec), e é composto por 2 sócios, não gerando nenhum emprego em 1 ano e 8 meses de atividade.

4.2.1 A percepção dos microempreendimentos incubados em relação à desigualdade social e à motivação para empreender

Compõem o primeiro grupo de questões, conforme indicado no Quadro 4, as afirmações sobre desigualdade social e motivação para empreender. Como as questões do primeiro bloco foram construídas através das categorias teóricas de Empreendedorismo por Necessidade e Empreendedorismo por Oportunidade, trazidas por Degel (2008), com as duas primeiras questões, procurou-se saber se a motivação para empreender veio por fechamento das oportunidades “convencionais” de trabalho (o que configura empreendedorismo por necessidade). Com as duas outras questões, procurou-se descobrir se as motivações estavam relacionadas com uma afinidade ideológica em relação ao empreendedorismo como atividade de trabalho valorosa e se empreende porque dentre as oportunidades de trabalho, é a melhor opção (empreendedorismo por oportunidade).

A primeira afirmação (Questão 1) é “Resolvi empreender porque não consigo/conseguir me inserir no mercado de trabalho formal” e como resultado obteve 50% de discordância parcial e 50% de discordância total, sem indicação de neutralidade ou concordância parcial ou total. A segunda afirmação (Questão 2) é “Resolvi empreender porque não tenho/tive acesso a políticas sociais destinadas a quem está desempregado” e

como resultado obteve 50% de discordância parcial e 50% de discordância total, também sem indicação de neutralidade ou concordância. Com essas respostas, quatro discordâncias, foi possível identificar que o “impulso empreendedor” não se deu pela vulnerabilidade social sistêmica, em que ter um negócio próprio surge (em alguns casos) para sanar necessidades primeiras, como comer ou arcar com as despesas básicas da subsistência.

A terceira afirmação (Questão 3) é “Resolvi empreender porque acredito no auto-emprego” e obteve com resultado 50% de concordância parcial e 50% de concordância total, novamente sem indicação de indiferença, nem discordância parcial ou total. A quarta afirmação (Questão 4) é “Resolvi empreender porque um negócio próprio pode me proporcionar ganhos financeiros maiores do que trabalhos formais” e obteve com resultado 50% de concordância total, tendo a outra metade participante não respondido à pergunta e, conseqüentemente não havendo discordância de qualquer natureza ou indiferença. Com essas respostas, três concordâncias, é possível ver que a pulsão em empreender aconteceu por razões além das necessidades ou falta de opções, pelo contrário. Há, na verdade, por esse tipo de atividade de trabalho uma escolha bem direcionada, privilegiando esse tipo de ocupação em detrimento das demais formas de labor.

Ribas (2011) é um colaborador teórico para essa discussão, uma vez que analisa o fato de empreender com base nas Teorias da Motivação, trazendo autores tais como Robbins (2002) acerca da motivação com base em objetivos e Archer (1997) sobre a motivação com base nas necessidades.

Se, por um lado, diz-se que “a motivação ocorre em função do comportamento do indivíduo frente a estímulos externos [...], em função de objetivos que o indivíduo persegue contingencialmente” (RIBAS, 2011, pág. 6), por outro “um fator motivador é mais do que um simples objetivo, é algo que satisfaz a uma necessidade [...] [e] ocorre em função da satisfação das necessidades internas de cada indivíduo, que cada pessoa persegue de maneira evolutiva” (RIBAS, 2011, pág.8). Não obstante, o autor salienta que esses conceitos não se anulam, mas se complementam.

Sobre o que motiva o indivíduo a empreender propriamente, o autor comenta as razões de Necessidade e Oportunidade, adicionando (1) recompensa e (2) percepção de sucesso. A primeira, refere-se às aspirações tanto financeiras como existenciais, tais como vontade de ganhar muito mais dinheiro do que se crê possível na situação de empregado e o interesse em difundir as próprias ideias. A segunda, relaciona-se a ideias como ser o próprio chefe e conquistar sua independência, bem como contribuir para a sociedade através de sua realização pessoal.

Fialho et al (2018) endossam a teoria sobre o que leva a se empreender, especialmente em momentos de crise. Descobriu que seus entrevistados atuam principalmente no ramo de serviços, que resolveram empreender apesar da maior parte estar empregado mas desejar fazer algo novo, que acreditam fazer parte de um perfil empreendedor e isso ter motivado a criação dos respectivos negócios, e que abriram mão da estabilidade pelo risco de um negócio próprio por influências familiares, insatisfação com o trabalho que exerciam e pela autonomia na criação de serviços diferenciados.

Interpreta-se, pelas respostas obtidas, que em ambos os empreendimentos ocorreu o empreendedorismo por oportunidade e pela realização pessoal e os sujeitos a frente dessas empresas decidiram por essa forma de trabalho por razões desassociadas a necessidade, que seria empreender por falta de opções ou outras oportunidades. Pelo contrário, identificou-se crença no auto emprego, bem como em sua capacidade de proporcionar melhores rendimentos que as outras ocupações.

4.2.2 A percepção dos microempreendimentos incubados em relação à qualidade do processo de incubação

As afirmações acerca da qualidade do processo de incubação compõem o segundo grupo de questões, em conformidade com o Quadro 4. As questões do segundo bloco levam em consideração as contribuições de Sousa, Souza e Bonilha (2008), no qual levantam como principais aspectos das incubadoras as questões do Aspecto Físico, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Estratégia, área Contábil-financeira e Operações. Cada um desses aspectos está relacionado a fatores de insucesso de empresas iniciantes cujas incubadoras - enquanto estruturas para combater essas circunstâncias negativas - devem possuir excelência.

A primeira afirmação do segundo grupo (Questão 5), “Durante a incubação, tive acesso a um espaço físico destinado para o desenvolvimento do empreendimento” obteve 50% de concordância parcial e 50% de concordância total, sem neutralidade ou discordância, seja parcial ou total. A segunda afirmação do segundo grupo (Questão 6), “Durante a incubação, tive formação em recursos humanos para treinamento e aprimoramento de competências de funcionários” teve 100% de concordância parcial, sem concordância total, indicação de neutralidade ou discordância de qualquer natureza. A partir das respostas, é possível perceber a relevância do suporte dado pelas incubadoras nos termos físico e formativo (neste caso específico, em RH), denotando a importância desses órgãos em mais de um âmbito, o primeiro acerca das instalações que um empreendimento precisa e o segundo

sobre o capital intelectual que empreendimentos e empreendedores necessitam ou necessitarão no cotidiano de funcionamento do negócio.

A terceira afirmação do segundo grupo (Questão 7), “Durante a incubação, tive formação sobre criação e gestão de site para o negócio” registrou 50% de concordância parcial e 50% de concordância total, sem neutralidade ou discordância, seja parcial ou total. À quarta afirmação do segundo grupo (Questão 8), “Durante a incubação, aprendi a fazer pesquisa de mercado e análise dos concorrentes” responderam com 50% de concordância parcial e 50% de concordância total, sem neutralidade ou discordância, seja parcial ou total. O resultado permitir avaliar que o alcance do papel dos programas de incubação nos termos formativos que um empreendimento passa quando está inserido nesses ambientes, sendo apontadas a existência de momentos do processo em que se lecionou acerca da importância, criação e gestão do site do empreendimento e na importância e execução de análise/estudo de mercado.

A quinta afirmação do segundo grupo (Questão 9), “Graças à incubação, possuo conhecimento contábil-financeiro e sei precificar meus produtos e serviços” obteve 50% de neutralidade e os 50% de concordância total, sem discordância de qualquer natureza, como também sem concordância parcial. A sexta afirmação do segundo grupo (Questão 10), “A incubação me proporcionou conhecimentos gerenciais essenciais para o cotidiano do negócio, tais como Gestão da Qualidade, dos Riscos e das Comunicações” teve 50% de participação, com resposta de concordância total, e a outra metade não respondendo. Portanto, compreende-se que, ainda que com duas concordâncias (mas sem discordâncias), que os ambientes de incubação trabalham com os aspectos das contas e finanças aplicadas ao negócio e com elementos gerenciais de suma importância. Tais empreendimentos necessitam de formação e apoio para a gestão da sustentabilidade econômico-financeira, tratando-se de uma das maiores dificuldades destes empreendimentos.

Sousa e Beuren (2011) trazem, com base na trajetória de empreendedores, seus motivos em ter procurado incubadoras de empresas, bem como as vantagens e desvantagens em estar em um programa de incubação. Entre os motivos que mais se destacaram, com pelo menos metade dos participantes os citando, estão a (1) Infraestrutura material e administrativa com baixo custo, (2) Necessidade de aprimorar os produtos, processos e serviços antes de lançá-los no mercado, (3) Possibilidade de parceria/vínculo formal da empresa com universidades ou centros de pesquisas e (4) Apoio institucional da incubadora de empresas por meio de seus serviços e recursos.

A respeito de vantagens e desvantagens, foram apontadas como principais vantagens (1) Infraestrutura disponibilizada pela incubadora, bem como seus serviços e recursos, (2) Qualidade dos serviços disponibilizados pela incubadora e (3) Acesso a instituições de fomento, e, com a maioria não percebendo desvantagem, a principal foi (1) Dificuldades em estabelecer cooperação e parceria com outras empresas incubadas.

Raupp e Beuren (2006), por sua vez, trazem as incubadoras com dois papéis que, curiosamente nas demais literaturas são tidos com um só, o de dar suporte às empresas enquanto estruturas que são e de oferecer suporte aos empreendedores que representam tais empresas, visto que competências pessoais também são e serão fatores do cotidiano do empreendimento.

No que tange ao suporte aos negócios em si, dividem-se em Administrativo, Financeiro e Estrutural. O primeiro, refere-se a apoio, assistência, assessoria e orientação em questões como jurisdição, contas e finanças básicas, marketing e gestão. A segunda, associa-se a captação e aplicação de recursos, e contas/finanças aplicadas, como juros e custos. A terceira, remete-se à parte física, composta por elementos como disponibilidade de recepção, sala(s) de reunião, e até mesmo copa.

Já sobre o suporte aos empreendedores, diferentes características empreendedoras foram elencadas, como (1) Liderança, (2) Independência, (3) Criatividade, (4) Iniciativa, (5) Necessidade de realização, (6) capacidade de aprendizagem, (7) Saber tomar decisões (8) Resolução de Problemas, dentre outras.

Interpreta-se, pois, que as incubadoras em questão (Intece e Partec) são capazes de fornecer ambientes físicos para que os empreendedores possam desenvolver seu negócio, sem se preocupar com custo fixo de um local de instalação (a priori). Além disso, formam os seus graduandos em gestão dos recursos humanos, tecnologia da informação e estratégia de mercado, conferindo aos proprietários desses empreendimentos capacidade técnica nessas questões, evitando gastos extras em consultoria nessas áreas. Entretanto, a respeito de contabilidade e finanças e da área de operações, não se constata uma competência tão consistente, sendo estes os aspectos que devem ser pensadas melhorias.

4.2.3 A percepção dos microempreendimentos incubados em relação à formalização do negócio e Incidência sobre o desenvolvimento local

As questões sobre formalização do negócio e seu impacto compõem o terceiro e último grupo de questões, de acordo com o Quadro 4. Como sobretudo Reis et al (2006)

embasaram essas questões, trazendo a discussão do Desenvolvimento Local e o empreendedorismo, aspectos da atividade econômica que elevem ou são elevadas pela organização social devem ser notados, desde a geração de empregos, como a melhoria de demais condições de vida de pessoas num dado território.

A primeira questão do bloco III (11^a) mostrou para a afirmação “Desde a formalização do negócio, o empreendimento cresceu” 100% de concordância parcial, denotando a importância da formalização como trazem Souza et al (2016), afirmando que a condição de pessoa jurídica favorece o fechamento de negócios. Pode-se analisar essa adesão notável de ambos empreendimentos pelas vantagens de estar formalizado, inclusive abarcado por direitos específicos das empresas.

A segunda questão do bloco III (12^a) mostrou para a afirmação “O empreendimento proporcionou o aumento da renda dos seus componentes (sócios e funcionários)” 50% de concordância parcial e 50% de indiferença, bem como a terceira questão do bloco III (13^a) que mostrou para a afirmação “O empreendimento incide sobre os locais nos quais atua, gerando empregos para a pessoas dos bairros” os mesmos percentuais - 50% de concordância parcial e 50% de indiferença.

A quarta questão do bloco III (14^a) mostrou para a afirmação “O empreendimento incide sobre os locais nos quais atua, ofertando bens/serviços a preços razoáveis” 50% de concordância parcial e 50% de indiferença, e para a quinta questão do bloco III (15^a) mostrou acerca da afirmação “O empreendimento incide sobre os locais nos quais atua, porque a solução do negócio tem como principal interesse a melhoria de vida das pessoas” que um concorda parcialmente e a outra participante concorda totalmente.

Os resultados obtidos pelos empreendimentos ainda não são volumosos o suficiente para a geração expressiva de postos de trabalho, impactar constataadamente a renda dos seus componentes, ofertar seus bens/serviços a preços razoáveis, muito embora de ambas empresas se tenha afirmado compromisso como bem-estar social. Disso pode-se interpretar que embora os empreendimentos incubados tenham capacidade para não perecer às intempéries do mercado e possuam notável conhecimento em gestão, sua incidência é baixa ou necessita de um certo tempo para se tornar impactante.

Esse fator temporal é um ponto em que Valente, Dantas e Dominginhos (2012) tocam ao concluir estudo sobre “ecossistemas empreendedores” como ambiente de desenvolvimento regional. Os negócios normalmente levam alguns anos para realizar impactos em localidades e regiões de atuação ou localização - se esta for uma das suas pretensões - colaborando para a criação de outros empreendimentos e para interligação de recursos (humanos, financeiros,

técnicos) com a força de trabalho e as empresas existentes. “As empresas locais constituem, por sua vez, o veículo pelo qual as relações sociais, a cultura e os códigos da população incidem diretamente sobre a atividade produtiva” (ALBAGLI & MACIEL, 2012, pág. 15).

Essa ligação entre diversos atores sociais em torno da atividade produtiva, que se torna, para além de econômica, social, dá-se pelas

relações entre desenvolvimento econômico e social e qualidade de vida como resultado da ação articulada dos diferentes atores/agentes econômicos e sociais e do uso de instrumentos de política e planejamento econômico e social de forma organizada e coordenada entre os setores público, privado e sociedade civil (CARPINTÉRO & BACIC, 2001, pág.13).

As incubadoras são, portanto, além de agentes - no presente - do desenvolvimento local e regional, agentes em potencial para, não centralizar, mas encabeçar empresas ou *clusters*⁹ de empreendimentos que podem estimular uma grande mudança em diversas realidades em que vivem os cidadãos, combatendo, via mercado, desigualdades sociais, desemprego e falta de oportunidades ou opções de ocupação.

⁹ Conglomerados de negócios de um mesmo ramo, que além de competir, cooperam através de eventuais parcerias.

5 CONCLUSÃO

5.1 Síntese das respostas aos objetivos e contribuições da pesquisa

Tendo em vista que o alcance progressivo dos objetivos específicos proporciona o atendimento ao objetivo geral, aqui pretende-se pontuar acerca do que se pretendia fazer neste trabalho e o que de fato foi feito, constatando o que essa pesquisa foi capaz de contribuir para os estudos do empreendedorismo e o campo de públicas.

Pretendia-se fazer o mapeamento dos empreendimentos que passaram pelas incubadoras da Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará. Este objetivo foi alcançado, uma vez que foi possível localizar os negócios em questão. No entanto, é notável que o nível de organização médio desses centros é baixo. Em alguns casos foi possível achar somente as empresas graduadas no último ciclo, noutros não havia muita informação sobre as atividades de cada negócio, dificultando a imediata identificação dos ramos de atuação e principais atividades empresariais.

Desejava-se identificar a incidência de alguns empreendimentos sobre diferentes localidades, o que inicialmente se fez com base na descrição de cada negócio, lendo um por um as informações contidas em sites próprios ou das incubadoras. Objetivava-se, ainda, investigar os empreendimentos com maior profundidade de informações, a partir de perspectivas de observação qualitativas, o que foi impedido pela pandemia Covid-19. A participação, embora discreta numericamente, forneceu informações de grande valia, conferindo conhecimento suficiente para embasar um trabalho de conclusão de curso.

Por fim, e principalmente, era objetivo fazer a análise do processo de incubação e como esta incidia nas distintas localidades desiguais do recorte territorial indicado. Foi possível constatar que as incubadoras de empresas podem ser centros que merecem o interesse público e da sociedade porque formatam negócios com competência técnica de se manterem vivos nos seus respectivos mercados - alguns deles que possuem notável desejo em, além do ganho financeiro pessoal dos componentes, beneficiar a idade. No entanto, essa incidência ou “impacto” ainda é tímida, não sendo capaz de dirigir uma transformação social de qualquer porte.

5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros

É possível notar e necessário admitir que esta produção acadêmica apresenta com algumas limitações, especialmente nas escolhas metodológicas, que foram prejudicadas pelo contexto da pandemia da Covid19. O contexto de pandemia impôs a coleta remota dos dados, e uma vez que a internet seria o canal de acesso aos empreendimentos sondados, optou-se por questionários em vez de entrevistas como principais procedimentos de coleta, visando a possibilidade de persuadir o máximo de respondentes a participar. A opção pela Escala Likert foi pensada em meio ao seguinte dilema: elaborar um questionário com questões fechadas de múltipla escolha, visando facilitar o engajamento dos respondentes. Ainda assim, como resultado, obteve-se apenas duas respostas de um instrumento de coleta, que não alcança uma amostra ideal para a pesquisa, contudo, apresenta indicativos da percepção dos microempreendedores, que no futuro poderão ser ampliadas.

Dessa forma, fica o aprendizado a respeito da sutileza que requer a construção do suporte metodológico para que se possa extrair o máximo de informações do campo empírico escolhido para estudo. A grande lacuna que este trabalho possui, podendo essa ser trabalhada até pelo mesmo pesquisador no futuro, é a respeito dos negócios que passaram por outros programas de incubação que não sejam os que compuseram esse estudo.

5.3 Considerações finais

Por fim, é importante salientar que o empreendedorismo é uma ideia com grande força (internacional e nacionalmente) nos últimos anos, e sua aceitabilidade pelo poder público no Brasil, ainda que variável, é evidente. Assim, esse formato liberal de ocupação tende a se tornar orientador das políticas públicas como traz Moser (2011) a respeito do *Workfare State* praticado na europa. Tendo em vista o processo de globalização e a importação de ideias estruturantes para a sociedade, como essa, faz sentido ser objeto de estudos das políticas públicas, uma vez que a conjuntura política pode adotar (ou continuar adotando, para aqueles que reconhecem esse processo como em vigência) esses ideais em que o trabalho se sobressai ao bem estar social, e as políticas sociais são em sua maioria desenhadas para (re)posicionar as pessoas ao mercado de trabalho ou a outro ofício, em detrimento de políticas de auxílios e seguros, que caracterizam a proteção social dos cidadãos.

Além das políticas públicas como campo de estudo, cabe às universidades alguns papéis importantes acerca dessa temática e fenômeno. Como se pôde constatar, algumas

incubadoras têm ligação direta ou são parte de universidades, faculdades e centros de formação e educação. Assim, devem as instituições públicas de ensino valorizarem (ainda) mais as atividades das suas incubadoras, tanto de uma forma interna (voltada para alunos), mas principalmente enquanto extensão, levando esse conhecimento para pessoas e organizações da sociedade civil, exercendo uma educação social ampla e que pode resultar em benefícios sociais massivos, gerando empregos, renda, desenvolvimento local, interação academia-mercado, organização social e etc.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local**. Rio de Janeiro: REDESIST, 2002.

ALBUQUERQUE, P. H. M. SAAVEDRA, C. A. P. B. MORAIS, R. L. de. ALVES, P. F. YAPHAO, P. **Na Era das Máquinas, o emprego é de quem?** Estimação da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

ANDINO, Byron Fabrício Acosta. **Impacto de Incubação de Empresas**: Capacidades de Empresas Pós-Incubadas e Empresas Não-Incubadas. Porto Alegre: Repositório Digital UFRGS, 2005.

ANDRADE, Luciana Teixeira. SILVEIRA, Leonardo Souza. **Efeito-território**: Explorações em torno de um conceito sociológico. Porto Alegre: Civitas, 2013, v. 13, n. 2, pp. 381-402.

ARAÚJO, Cíntia Möller. BOAS, Giovanna Villas. **Políticas públicas e incubação de empresas**: o caso do estado de São Paulo. Rev. Ciênc. Admin., Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 507-535, jul./dez. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARROS, Ricardo et al. **Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

BORGES JR, Cândido. FERREIRA, Vicente da Rocha Soares. NAJBERG, Estela. COSTA, Clara Santos. **Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo**: Análise de sua Presença (ou Ausência) em duas Regiões Turísticas do Estado de Goiás. Bento Gonçalves (RS): VI Encontro de Estudos em Estratégia (ANPAD), 2013.

CARPINTÉRO, José Newton Cabral. BACIC, Miguel Juan. **Empreendedorismo e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: World Conference no Business Incubation, 2001.

DEGEN, Ronald Jean. **Empreendedorismo**: Uma Filosofia para o Desenvolvimento Sustentável e Redução da Pobreza. Santa Catarina: Revista Ciências da Administração, 2008. v. 10, n. 21, p. 11-30.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz (MA): Ética, 2016.

ENGELMAN, Raquel. FRACASSO, Edi Madalena. BRASIL, Vinícius Sittoni. **A qualidade percebida nos serviços de incubação de empresas**. Porto Alegre: READ, 2011. Ed. 70. P. 802-822.

ESTIVILL, Jordi. **Panorama da Luta Contra a Exclusão Social**: Conceitos e estratégias. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

FACULDADE LUCIANO FEIJÃO. **Incubadora de Empresas**. <https://flucianofejao.com.br/novo/incubadora-de-empresas/> > Acesso em: 01/05/2020.

FALEIROS, Fabiana. KÄPPLER, Cristoph. PONTES, Fernando Augusto Ramos. SILVA, Simone Souza da Costa. GOES, Fernanda dos Santos Nogueira, CUCICK, Cibele Dias. **Uso de Questionário Online e Divulgação Virtual como Estratégia de Coleta de Dados em Estudos Científicos**. Ribeirão Preto: Texto Contexto Enferm, 2016.

FIALHO, Camila Borges. WAGNER, Luiz Carlos. NUNES, Andrieli de Fátima Paz. GAI, Maria Julia Pegoraro. **Motivação empreender em cenário de crise econômica: um estudo com novos empreendedores**. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 1, p.148-175, jan-fev, 2018.

GENNARI, Adilson. ALBUQUERQUE, Cristina. **Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactes nas sociedades portuguesa e brasileira**. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2011. Pág.51-73.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 6 ed.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ceará de Oportunidades**. Disponível em < <https://ww4.ceara.gov.br/projeto/ceara-de-oportunidades/> > Acesso em: 07/05/2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano Plurianual 2020-2023**. Disponível em < <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023/> > Acesso em: 07/05/2020.

INCUBATIC. **IncubaTic: Instituto**. Disponível em < <http://incubatic.com.br/> > Acesso em: 01/05/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ceará**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/22957> > Acesso em: 08/05/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio: PNAD Contínua**. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/17270-pnad-continua.html?edicao=27257&t=publicacoes> > Acesso em 20/08/2020.

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. **Intece**. Disponível em < <https://www.centec.org.br/intece/> > Acesso em: 01/05/2020. 01/05/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Desigualdade de Renda no Ceará atinge nível mais baixo das últimas décadas**. Enfoque Econômico, 2012. n. 48.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Incubadora**. Disponível em < <https://ifce.edu.br/fortaleza/incubadora> > Acesso em: 01/05/2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook: The Great Lockdown. 2020**. Disponível em < <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020> > Acesso em 06/06/2020.

MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. GRANITO, Roberta Aparecida Neves. CABRAL, Douglas Garson. LEITE, Maria Flávia Barbosa. **O Papel das Incubadoras de Empresas no**

Desenvolvimento Local: Um Estudo De Caso. São Paulo: Revista de Administração e Inovação, 2006. v. 3. n. 1. PÁG. 90-101.

MOSER, Liliane. **A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: *workfare* e medidas de ativação.** Florianópolis: R. Katál, 2011. v. 14, n. 1, p. 68-77.

MUNARETTO, Lorimar Francisco. CORRÊA, Hamilton Luiz. CUNHA, Júlio Araújo Carneiro da. **Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias.** Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 09-24, JAN./MAR. 2013.

NASSIF, Vânia Maria Jorge. GHOBRIEL, Alexandre Nabil. AMARAL, Derly Jardim do. **Empreendedorismo por Necessidade:** O Desemprego como Impulsionador da Criação de Novos Negócios no Brasil. Pensam. Real. Ano XII — v. 24, n. 1/2009.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa:** Características, usos e possibilidades. CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO, SÃO PAULO, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ. **Partec.** Disponível em < <https://www.nutec.ce.gov.br/partec/> > Acesso em: 01/05/2020.

PÁDUA, E. M. M. de. **Análise de Discurso, Análise de Conteúdo:** Questões Teórico-metodológicas. Campinas: Revista de Educação, 2002. n. 13. p. 21-30.

PARQUE DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. **Padetec/UFC.** <https://www.padetec.ufc.br/> > Acesso em: 01/05/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Fortaleza 2040:** Em Ação / Prefeitura Municipal de Fortaleza. - v.1, n.1, - Fortaleza: IPLANFOR, 2017- .

RAMOS, Carlos Alberto. LOBO, Vinícius. ANZE, Viviane Renata. **A Importância Alocativa das Políticas de Emprego.** Política em Foco (IPEA). Mercado de Trabalho | n. 58 | ano 21 | abr. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. **O suporte das incubadoras brasileiras para potencializar as características empreendedoras nas empresas incubadas.** R. Adm., São Paulo, v.41, n.4, p.419-430, out./nov./dez. 2006.

REDE DE INCUBADORAS CEARENSES. **Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará.** Disponível em < <https://rededeincubadoras.wixsite.com/rede> > Acesso em: 01/05/2020.

REIS, Denilson dos. SIMÕES, João Paulo. GREATTI, Ligia. PIZZI, Remer Fagner. **Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável.** In: CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO. V. 14, N.2, p. 14-24, JUL/DEZ. 2006.

RIBAS, Raul. **A Motivação Empreendedora e as Teorias Clássicas da Motivação.** São Paulo: Caderno de Administração, 2011. v. 5, n. 1.

RIBEIRO, Marcelo. **Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 4, 2015, pp. 913 a 949.

RODRIGUES, Ariele Silva Moreira. MELLO, José André Villas Boas. AFONSO, Herlander Costa Alegre da Gama. **Desenvolvimento estimulado por empreendedorismo em incubadoras de empresas: Uma revisão sistemática**. Métodos de Información, vol. 10 n. 19 (2019).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Incubadora e aceleradora: qual a diferença entre elas?** Disponível em < <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-a-diferenca-entre-incubadora-e-aceleradora.761913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD> > Acesso em: 14/05/2020

SILVA, Andressa Hennig. FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos**. Qualit@s Revista Eletrônica, 2015.

SILVA, Fabiany Manfron Gomes da. **Incubadoras de empresas e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e tecnológico**. 2012. 49 f. Monografia (Especialização em Gestão Industrial: Produção e Manutenção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2012.

SILVA JR, Severino Domingos da. COSTA, Francisco José da. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion**. São Paulo: XVII SemeAd, 2014.

SOUZA, Donizeti Leandro de. SOUZA, João Batista de. PASIN, Luiz Eugênio Veneziani. ZAMBALDE, André Luiz. **Empreendedorismo e Desenvolvimento Local: Uma Análise do Programa Microempreendedor Individual em Minas Gerais**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2016. 1. 14, n. 37, pág. 262-292.

SOUZA, José Henrique de. SOUSA, José Eduardo Rodrigues de. BONILHA, Isidora Dória. **Avaliação do Processo de Incubação no Estado de São Paulo**. Campo Limpo Paulista: Revista da Micro e Pequena Empresa, 2008. v.2, n.2, p.21-39.

SOUSA, Marco Aurélio Batista de. **A Importância das Incubadoras de Empresas para o Desenvolvimento do Empreendedorismo no Brasil**. Amparo: Revista Gestão em Foco, 2019. Ed.11.

SOUZA, Marco Aurélio Batista de. BEUREN, Ilse Maria. **Expectativas percebidas pelos empreendedores no processo de incubação**. REVISTA GESTÃO.Org – Vol. 10, No. 1 p. 001 - 027, jan./abr. 2012

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. **Incubadora de Empresas - Edetec**. <https://www.unifor.br/web/pesquisa-inovacao/incubadora-de-empresas> > Acesso em: 01/05/2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **IncubaUece**. <http://www.uece.br/incubauece/> > Acesso em: 01/05/2020.

VALENTE, Fernando. DANTAS, José. DOMINGUINHOS, Pedro. **Empreendedorismo e desenvolvimento regional: o caso “DNA Cascais”**. Setúbal: Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional, 2012.

ZARLENGA, Aretha. A. P. Guimarães Trindade. BEVILÁQUA, Giovanni Silva. **Políticas e Iniciativas de Apoio às Micro e Pequenas Empresas: Potenciais Efeitos sobre a Formalização e o Emprego**. RADAR, 2018.

ZYLBERSTAJN, Hélio. BALBINOTTO NETO, Giacomo . **As Teorias de Desemprego e as Políticas Públicas de Emprego**. EST. ECON., São Paulo, 29(1): 129-149, jan-mar 1999.

7 APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS

<p>1. Nome do entrevistado*: _____.</p> <p>2. Nome do empreendimento*: _____.</p> <p>3. Ramo/s de atuação do negócio: _____.</p> <p>4. Bairro sede do empreendimento: _____.</p> <p>5. Bairros de atuação: _____.</p> <p>6. Programa de incubação pelo qual passou* (Padetec, IFCE, Unifor, Uece, Intece).</p> <p>7. Número de donos/sócios: _____.</p> <p>8. Número de empregados/funcionários: _____.</p> <p>9. Tempo de atuação no mercado: _____.</p>
<p style="text-align: center;">JULGUE AS SEGUINTES AFIRMATIVAS E MARQUE X, CONSIDERANDO:</p> <p>[1]: Discordo totalmente [2]: Discordo parcialmente [3]: Não concordo nem discordo [4]: Concordo parcialmente [5]: Concordo totalmente</p>
<p>BLOCO A - Eixo Desigualdade Social</p>
<p>01. “Resolvi empreender porque não consigo/conseguí me inserir no mercado de trabalho formal”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>02. “Resolvi empreender porque não tenho/tive acesso a políticas sociais destinadas a quem está desempregado”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>03. “Resolvi empreender porque acredito no auto-emprego”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>04. “Resolvi empreender porque um negócio próprio pode me proporcionar ganhos financeiros maiores do que trabalhos formais”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>BLOCO B - Eixo Empreendedorismo</p>
<p>05. “Durante a incubação, tive acesso a um espaço físico destinado para o desenvolvimento do empreendimento”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>06. “Durante a incubação, tive formação em recursos humanos para treinamento e</p>

<p>aprimoramento de competências de funcionários”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>07. “Durante a incubação, tive formação sobre criação e gestão de site para o negócio”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>08. “Durante a incubação, aprendi a fazer pesquisa de mercado e análise dos concorrentes”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>09. “Graças à incubação, possuo conhecimento contábil-financeiro e sei precificar meus produtos e serviços”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>10. “A incubação me proporcionou conhecimentos gerenciais essenciais para o cotidiano do negócio, tais como Gestão da Qualidade, dos Riscos e das Comunicações”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>BLOCO C - Eixo Desenvolvimento Local</p>
<p>11 “Desde a formalização do negócio, o empreendimento cresceu”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>12 “O empreendimento proporcionou o aumento da renda dos seus componentes (sócios e funcionários)”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>13 “O empreendimento incide sobre os locais nos quais atua, gerando empregos para a pessoas dos bairros”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>14 “O empreendimento incide sobre os locais nos quais atua, ofertando bens/serviços a preços razoáveis”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>
<p>15 “O empreendimento incide sobre os locais nos quais atua, porque a solução do negócio tem como principal interesse a melhoria de vida das pessoas”</p> <p>[1]() [2]() [3]() [4]() [5]()</p>

Fonte: Elaboração própria.

7.2 APÊNDICE B - RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS NA ÍNTEGRA

QUESTIONAMENTOS	EVERTON ARRUDA ÂNIMO KOMBUCHÁ	LINE TERESA BEM VIVIDO
Número de sócios	Um	Dois
Número de empregados	Três	Zero
Tempo de atuação	Três anos	Um ano e oito meses
Resolvi empreender porque:	(2) Não me inseri no mercado (2) Não acessei políticas públicas (4) Acredito no autoemprego () Posso ter ganhos financeiros maiores	(1) Não me inseri no mercado (1) Não acessei políticas públicas (5) Acredito no autoemprego (5) Posso ter ganhos financeiros maiores
Durante a incubação:	(4) Tive acesso a espaço físico (4) Tive formação em RH (4) Tive formação em Site para o negócio (4) Tive formação em pesquisa de Mercado (3) Aprendi a precificar () Desenvolvi habilidades gerenciais	(5) Tive acesso a espaço físico (4) Tive formação em RH (5) Tive formação em Site para o negócio (5) Tive formação em pesquisa de Mercado (5) Aprendi a precificar (5) Desenvolvi habilidades gerenciais
O empreendimento:	(4) Cresceu depois de formalizado (4) Proporcionou aumento de renda dos componentes (4) Gerou empregos (4) Oferta bens e serviços a preços razoáveis (4) Tem como principal objetivo a melhoria de vida das pessoas	(4) Cresceu depois de formalizado (3) Proporcionou aumento de renda dos componentes (3) Gerou empregos (3) Oferta bens e serviços a preços razoáveis (5) Tem como principal objetivo a melhoria de vida das pessoas

Fonte: Elaboração própria.